

EDITAL Nº 90004/2024

Processo nº 00100.001489/2024-94

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 90004/2024

1. DO OBJETO

1.1. Prospecção do mercado imobiliário em Brasília-DF, com vistas à futura locação de imóvel com *facilities* para instalação de Unidades Administrativas do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, mediante coleta de propostas técnicas de imóvel não residencial urbano que atenda os requisitos mínimos especificados neste Edital.

1.2. As especificações contidas neste Chamamento Público deverão contemplar as exigências mínimas necessárias, não limitando a gama de possibilidades a serem ofertadas pelos interessados em atender ao Chamamento Público.

2. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação pretendida justifica-se pela necessidade premente de novo espaço físico para abrigar a sede do ITI, atualmente instalada em imóvel não residencial urbano situado no SCN Quadra 2 Bloco E, Asa Norte, Brasília-DF, uma vez que referido imóvel não mais atende às necessidades do ITI.

2.2. Com a locação ora proposta, pretende-se instalar a sede do ITI em imóvel apropriado, proporcionando a qualidade devida nos diversos ambientes de trabalho, melhoria das dependências e salas de trabalho do corpo diretivo, servidores e terceirizados, melhor gestão por meio de locais adequados para realização de reuniões e eventos, depósito e arquivo de documentos e materiais e, ainda, para otimização das atividades técnico-administrativas desenvolvidas no âmbito do ITI.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. A locação obedecerá a:

3.1.1. o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que normatiza licitações e contratos da Administração Pública;

3.1.2. as orientações da Advocacia-Geral da União;

3.1.3. as disposições contidas na Lei nº 8.245, de 18 de dezembro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas

pertinentes;

3.1.4. o Decreto nº 8.540, de 10 de outubro de 2015, que estabelece, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços e na utilização de telefones celulares corporativos e outros dispositivos; e

3.1.5. a Instrução Normativa SEGES/ME nº 103, de 30 de dezembro de 2022, que estabelece os procedimentos de seleção de imóveis para locação no âmbito da Administração Pública federal, direta, autárquica e fundacional.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DO IMÓVEL

4.1. Os requisitos obrigatórios e desejáveis constam do Anexo 1 – Quadro de Requisitos do Imóvel deste Edital.

4.2. O imóvel deverá estar totalmente concluído e disponível para vistoria técnica a partir de janeiro de 2025.

4.3. O imóvel deverá estar em condições de operação imediata e adaptado aos padrões exigidos neste Chamamento Público e em seus Anexos, em até 60 dias após a eventual assinatura de contrato.

4.4. Todos os elementos construtivos e componentes físicos que integram a edificação deverão atender à Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS, ao conjunto de normas urbanísticas contidas no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT e ao Código de Obras e Edificações - COE, bem como às demais legislações vigentes que sejam aplicáveis à matéria.

5. DO LEIAUTE

5.1. Após a assinatura do contrato que venha a resultar do presente Chamamento, o locador deverá disponibilizar profissional capacitado que ficará à frente da definição dos estudos dos leiautes dos diversos pavimentos e de sua aprovação junto ao ITI.

5.2. Para elaboração dos diversos estudos, até sua versão final, deverão ser observados: as áreas, os mobiliários, o número de tomadas elétricas e tomadas de lógica, o quantitativo de pessoal de cada ambiente e a disposição dos diversos setores entre si, bem como outras recomendações do ITI, conforme detalhado no Anexo 2.

5.3. Deverá ser respeitada a independência entre as diversas unidades do Conselho e os ambientes comuns a estas. Salienta-se que mais de um estudo poderá ser solicitado, até que se encontre a solução ideal para as diversas unidades do ITI.

6. DA APRESENTAÇÃO E SELEÇÃO DA PROPOSTA

6.1. As propostas serão recebidas até às 18 horas, horário de Brasília, do dia 08/01/2025, no endereço SCN Quadra 2 Bloco E, Asa Norte, Brasília-DF, pessoalmente ou enviada tempestivamente por via postal, em envelope lacrado e identificado da seguintes forma: – *Proposta para Locação de Imóvel*” ou por e-mail: colic@iti.gov.br.

6.1.1. As propostas serão analisadas em 2 (duas) etapas distintas e subsequentes:

6.2. Etapa 1 - Habilitação e Avaliação: compreende o atendimento dos requisitos obrigatórios quando da protocolização/entrega da proposta, constantes do Anexo 1 deste Chamamento Público, de caráter eliminatório;

6.3. Etapa 2 - Classificação: compreende o atendimento dos requisitos desejáveis, constantes do Anexo 1 deste Chamamento Público, de caráter classificatório.

6.4. O cronograma do presente Chamamento Público para fins de prospecção do mercado imobiliário são os seguintes:

I - 10 dias úteis para recebimento de proposta com documentação, a partir da Publicação do Aviso;

II - Até 04 dias úteis para a avaliação da documentação de habilitação, a partir do encerramento do prazo de recebimento de propostas;

III - Até 08 dias úteis para análise da(s) proposta(s) comercial(is) habilitadas na fase anterior pela Equipe de Planejamento e eventuais visitas técnicas;

IV - 02 dias úteis para eventual interposição de recurso, após divulgação do resultado dos trabalhos da Equipe de Planejamento e da Comissão de Avaliação; e,

V - Até 03 dias úteis para resposta aos recursos interpostos;

VI - 02 dias úteis para divulgação do resultado final, após encerrado o prazo para interposição de recurso.

6.5. Não será considerada proposta protocolizada após a data e horário limites constantes do item 6.1 acima.

6.6. Até a data e horário limites para apresentação das propostas, o interessado poderá retirar ou alterar a proposta protocolizada.

6.7. A proposta impressa e seus documentos anexos deverão ser apresentadas sem emendas, rasuras, correção (corretivo líquido e outros) ou entrelinhas, inclusive gravadas em meio eletrônico no formato PDF.

6.8. A proposta deverá estar assinada pelo proprietário ou seu representante, desde que possua poderes para tal.

6.9. A proposta deverá ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Não havendo indicação, será considerada como tal.

6.10. A análise e recomendação da proposta será realizada pela Equipe de Planejamento instituída por Portaria do ITI.

6.11. Este Chamamento Público não gera direito ou garantia de contratação futura.

7. DA CONTRATAÇÃO EM CASO DE APROVEITAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

7.1. Após o resultado da prospecção do mercado imobiliário pretendido com o presente chamamento público e a elaboração do Laudo de Avaliação do Imóvel na forma da Instrução Normativa SPU nº 67, de 20 de setembro de 2022, custeado pelo locador (será realizada por profissional habilitado com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU), será iniciado o processo de locação de imóvel, desde que o preço de locação esteja compatível com o mercado.

7.2. Caso se encontre apenas um imóvel em condições de atender ao ITI, a Administração poderá optar pela inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, V, da Lei n. 14.133/2021;

7.3. Caso se identifique mais de um imóvel em condições de atender ao ITI, o

procedimento de prospecção servirá de respaldo para a tomada de decisão referente a realização do certame licitatório.

7.4. Verificado que o imóvel atende o presente Edital, o proponente será comunicado por escrito.

7.5. O imóvel deverá ser definitivamente entregue 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, considerando o prazo previsto contratualmente para desocupação do atual imóvel locado.

7.5.1. O contrato de locação terá os seus efeitos financeiros iniciados a partir da entrega definitiva do imóvel, pronto para uso pelo ITI.

7.6. Para assinatura do contrato, serão exigidos os documentos abaixo listados, além daqueles que comprovem a regularidade fiscal de acordo com a sua constituição jurídica:

- a) cópia autenticada do “Habite-se” do imóvel;
- b) cópia autenticada do registro do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis;
- c) certidões referentes aos tributos que incidam sobre o imóvel;
- d) certidão negativa de débito junto às concessionárias de serviço público de água e energia elétrica;
- e) certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais à dívida ativa da União se o locador for pessoa física;
- f) se o locador for pessoa jurídica: certificado de regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos do INSS, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- g) cópia autenticada do RG e CPF do responsável pela assinatura do contrato;
- h) contrato celebrado entre o proprietário do imóvel e a administradora/imobiliária, se for o caso;
- i) declaração de inexistência de impedimento de ordem jurídica;
- j) relativamente ao ICMS e ITCM (transmissão *causa mortis*), Prova de Regularidade perante a Fazenda Distrital, relativamente ao ISSQN, IPTU e ITBI (transmissão *inter vivos*);
- k) alvará de vistoria do Corpo de Bombeiros ou documento equivalente, conforme legislação local; e
- l) outros documentos exigidos pela legislação municipal/distrital para comprovar as condições de habitabilidade do imóvel.

7.7. O proponente escolhido, desde que garanta a entrega do imóvel no prazo previsto no subitem 7.5 acima, poderá aguardar a assinatura do contrato para iniciar as adequações do imóvel às exigências do ITI.

7.7.1. Serão de responsabilidade do proprietário do imóvel seguro do prédio e seus equipamentos contra descargas atmosféricas, explosões, incêndios e desastres naturais.

7.7.2. Além de cópias dos projetos arquitetônicos e complementares, deverão ser entregues os manuais e especificações para manutenção dos equipamentos instalados no imóvel.

7.7.3. As plantas, leiautes, os projetos elétricos, lógica, hidráulico-sanitário,

sistema de combate ao incêndio e climatização completos deverão ser entregues em *as built*.

8. DO RECEBIMENTO DO IMÓVEL

8.1. O imóvel deverá ser provisoriamente entregue mediante a disponibilização das chaves no prazo acordado, salubre, em perfeitas condições de funcionamento e desocupado, para avaliação preliminar pelo Instituto Nacional de Tecnologia - ITI.

8.1.1. No ato de entrega, o imóvel deverá apresentar os requisitos previstos no Anexo 1 deste Edital e na proposta da proponente.

8.2. Confirmadas as condições descritas nos itens 8.1 e 8.1.1 acima, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo do Imóvel pelo ITI, observado o disposto no subitem 7.6 deste Edital.

8.3. O imóvel deverá ser provisoriamente entregue mediante a disponibilização das chaves no prazo, acabado, salubre, em perfeitas condições de funcionamento e desocupado, para avaliação preliminar pelo ITI.

8.3.1. No ato de entrega, o imóvel deverá apresentar, no mínimo, as condições previstas nos itens 1 e 2 do Anexo 1 deste Chamamento Público e na proposta da proponente.

8.4. Confirmadas as condições descritas nos itens 8.3 e 8.3.1 acima, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo do Imóvel pelo ITI, observado o disposto no subitem 8.3 deste Chamamento Público.

9. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

9.1. O ITI designará uma comissão para recebimento do imóvel, acompanhamento e fiscalização da locação objeto deste Edital, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução das falhas ou defeitos observados.

9.2. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

10. DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO

10.1. O ITI, respeitadas as disposições legais e regulamentares em contrário, goza do direito de retenção de benfeitorias que tiver por úteis (art. 578 do Código Civil) aos seus serviços, após prévio e expresso consentimento da proponente adjudicatária.

10.2. As benfeitorias necessárias (art. 578 do Código Civil) introduzidas pelo ITI, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o art. 35 da Lei nº 8.245/1991.

10.3. Em qualquer caso, todas as benfeitorias desmontáveis, tais como lambris, biombos, tapetes e lustres, poderão ser retirados pelo ITI, desde que não sejam de propriedade da proponente adjudicatária, constantes do laudo de vistoria.

10.4. Finda a locação, será o imóvel devolvido à proponente adjudicatária, nas condições em que foi recebido pelo ITI, salvo os desgastes naturais do uso normal.

11. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Para assinatura do contrato deverão ser observados os critérios documentais, operacionais, funcionais e de manutenção e conservação do imóvel, conforme previsto neste Edital.

11.2. O contrato decorrente da locação terá vigência de 05 (cinco) anos,

contada da data da assinatura, podendo ser prorrogada na forma da lei.

11.3. O contrato de locação terá os seus efeitos financeiros iniciados a partir do recebimento definitivo do imóvel, pronto para uso pelo ITI, precedido de vistoria do imóvel.

11.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo. Toda prorrogação será precedida de comprovação da vantajosidade da medida para a Administração e certificação de compatibilidade do valor do aluguel com o de mercado.

11.5. Caso não tenha interesse na prorrogação, a LOCADORA deverá enviar comunicação escrita à LOCATÁRIA, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

12. DO PAGAMENTO

12.1. As despesas decorrentes da locação correrão à conta da dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento da União para o exercício de 2025, sendo nos exercícios seguintes, à conta das dotações orçamentárias próprias para atender despesas da mesma natureza.

12.2. O ITI pagará aluguel mensal à proponente adjudicatária, além de efetuar o pagamento, mediante faturas de energia elétrica, IPTU, telefonia fixa e do condomínio, se houver tal previsão, salvo os referentes aos exercícios anteriores à locação objeto deste Edital.

13. ANEXOS

13.1. Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo 1 – Quadro de Requisitos do Imóvel;
- b) Anexo 2 – Modelo de Credencial;
- c) Anexo 3 – Modelo de Proposta;
- d) Anexo 4 – Termo de Referência;
- e) Anexo 4.1 - Caderno de Especificações; e
- f) Anexo 4.2 - Estudo técnico Preliminar - ETP.

ANDERSON MALTA DA SILVA
PREGOEIRO OFICIAL

PORTARIA ITI COLIC/CGPOA/DPOA/ITI Nº 63, DE 26 DE AGOSTO DE 2024



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Malta da Silva, Pregoeiro(a)**, em 08/01/2025, às 08:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.iti.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0714868** e o código CRC **CB4B15A3**.

ANEXOS AO EDITAL

ANEXO 1
QUADRO DOS REQUISITOS DO IMÓVEL (CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES Nº
SEI 0706883)

REQUISITOS DA PROPOSTA RELATIVOS À LOCAÇÃO DO IMÓVEL: INFRAESTRUTURA, ESPAÇOS INTERNOS DO IMÓVEL E ADJACÊNCIAS		
ITEM	Nº DO ITEM	REQUISITOS OBRIGATÓRIOS QUANDO DA PROTOCOLIZAÇÃO/ENTREGA DA PROPOSTA E QUANDO DA ENTREGA DEFINITIVA DO IMÓVEL, EM 60 (SESSENTA) DIAS
LOCALIZAÇÃO	1	Endereço do imóvel, número de pavimentos, área total, detalhando área útil e área comum.
	2	Deve ser apresentado o preço total da proposta de locação e preço unitário por metro quadrado de área útil/privativa, detalhando área útil e área comum.
	3	O imóvel deve estar situado em uma área urbana com rede Inovia instalada, garantindo a disponibilidade de serviços de internet de alta velocidade e redundância de conexão. A locação com facilities, deve contemplar os serviços: (I) manutenção do sistema elétrico (incluindo nobreak, gerador, fotovoltaica, se houver); (II) manutenção do sistema de climatização; (III) automação predial; (IV) controle de acesso; (V) monitoramento /CFTV; (VI) brigada de incêndio (incluindo também manutenção do sistema de detecção, alarme e combate a incêndio); (VII) manutenção de elevadores;
FACILITIES A CONTEMPLAR	4	(VIII) manutenção predial (alvenaria, hidrossanitária, pintura, jardinagem, serralheria e vidraçaria); (IX) serviços de limpeza; (X) serviços recepção; (XI) serviços de vigilância; e (XII) manutenção da infraestrutura física de rede com fornecimento e suporte dos ativos de rede (backbone óptico no padrão atual vigente no momento da entrega), promovendo a interligação entre os switches da camada de distribuição instalados nos centros de dados do ITI e os diversos switches da camada de acesso localizados nos diversos pavimentos do edifício.
	5	A proposta deverá indicar a base de cálculo/estimativa/definição de cada componente ofertado, de modo que seja possível identificar a justificativa de quantitativo - por exemplo: servente de limpeza por área; quantidade de postos e vigilância por jornada de trabalho; escopo e periodicidade da manutenção do sistema de climatização - possibilitando a verificação da razoabilidade e a vantajosidade da proposta para a Administração Pública.
	6	O imóvel deve pertencer a um único proprietário ou consórcio/grupo de proprietários.
	7	O imóvel deve ser composto por um único bloco ou no caso de edifício com mais de um andar, com disponibilização ao órgão ou entidade pública de andares consecutivos.
	8	Área útil/privativa disponível do empreendimento ofertado.

TIPO DE IMÓVEL	9	O imóvel deve possuir área útil ou área recomendada mínima de 3.482,29 m ² e máxima de 4.477,00 m ² , conforme tabela de Dimensionamento a partir da População principal. Entende-se por área útil a efetivamente utilizada pelo ITI, excluindo-se garagem, escadarias, caixas de elevadores, entre outras áreas consideradas de uso comum.
	10	O locador deverá disponibilizar leiautes dos espaços, com vistas ao Planejamento Espacial. Ressalta-se que não é obrigatório que os espaços sejam divididos em cômodos exatamente conforme especificado no item. Poderá ser aceito imóvel que apresenta uma distribuição de espaço diferente, desde que o seu projeto arquitetônico atenda às necessidades/atividades precípua do ITI.
	11	O imóvel ofertado deverá estar adequado ou poder ser adaptado às necessidades do ITI.
	12	O imóvel deverá atender a todas as prescrições estabelecidas em leis federais e distritais (DF), normas e padrões das concessionárias de serviços públicos de eletricidade, águas, telefonia e do Corpo de Bombeiros.
	13	O imóvel deve ser atendido com infraestrutura e/ou serviços das seguintes concessionárias e empresas públicas: (I) energia elétrica; (II) concessionárias de telefonia e dados; (III) saneamento; (IV) Serviço de Limpeza Urbana.
	14	A área ofertada para locação ao órgão ou entidade pública deve apresentar vãos livres, com pé direito nos locais de permanência prolongada de acordo com o Código de Edificações do Distrito Federal.
	15	O imóvel deve possuir vias de acesso pavimentadas, não sujeitas a alagamentos, além de ser atendido com infraestrutura pública de rede elétrica, telefônica, de água encanada, de esgoto e coleta de lixo.
	16	O imóvel deve estar localizado em área próxima à Presidência da República, conforme mapa abaixo da INFOVIA, de forma a ser econômica e tecnicamente viável a efetivação da ligação.
	17	O imóvel deve ser atendido pela rede de transporte público regular do Distrito Federal.
	18	O imóvel deve ser atendido com estacionamento público nas proximidades.
	19	O imóvel deve contar com acessos distintos para o público em geral e de serviços, bem como área destinada à carga e descarga de fácil acesso e saída de emergência.
	20	Validade mínima das condições oferecidas de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.
DOS PRAZOS	21	O locador deverá disponibilizar o imóvel no período de no máximo 60 (sessenta) dias a partir da assinatura do contrato, conforme características previstas neste Caderno de Especificações.
	22	Cópia autenticada (ou cópia simples, acompanhada de documento original) do habite-se.
	23	Cópia autenticada (ou cópia simples, acompanhada de documento original) do registro do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis, emitida nos últimos 30 (trinta) dias.
	24	Identificação do(s) proprietário(s) e seu(s) procurador(es), se for o caso.
	25	Procuração ou outro instrumento legal dando poderes para quem assina a proposta.

CERTIDÕES E
DECLARAÇÕES

- 26 Certidão negativa de débitos quanto ao Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU e à Taxa de Prevenção de Incêndios - TPEI
- 27 Certidão negativa de ônus sobre o imóvel, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis. Referida certidão deverá ser atualizada até 2 (dois) meses antes da assinatura do contrato.
- 28 Imóvel deve atender, por meio de documento ou declaração, todas as prescrições estabelecidas nas normas federais e do Distrito Federal (entre elas a do Corpo de Bombeiros Militar, o Plano Diretor de Ornamento Territorial - PDOT e Plano Diretor Local - PDL), normativos e padrões das concessionárias de serviços públicos de eletricidade, água e telefonia, e à legislação vigente de acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais (norma técnica da ABNT NBR 9.050).
- 29 Declaração que concluirá as adequações necessárias no prazo não maior que 60 (sessenta) dias, a contar da data da assinatura do contrato.
- 30 Cópia da quitação das 2 (duas) últimas contas de energia elétrica e de água e esgoto, emitidas pelos respectivos órgãos competentes.
- 31 Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros relativo ao imóvel, caso as normas assim o exijam, para prevenção e combate a incêndio.
- 32 Deverá ser fornecido documentação e projetos das redes elétrica, lógica e de telefonia, em conformidade com a legislação vigente.
- 33 O imóvel deve ser construído em alvenaria, possuir teto com forro e ter pé direito nos locais de permanência prolongada de aproximadamente 2,40 a 3 metros, ou maior, se assim for exigido pela legislação local.
- 34 A estrutura do imóvel deve estar livre de rachaduras, trincas, fissuras, vazamentos, infiltrações, manchas em pisos, forros e paredes que comprometam ou venham a comprometer sua segurança e salubridade.
- 35 As fachadas devem estar em perfeitas condições de apresentação (limpas, sem rachaduras ou infiltrações, nem peças ou placas faltantes), devendo ser garantida a continuidade de uma boa apresentação durante todo o tempo de uso pela Autarquia.
- 36 As esquadrias deverão estar em perfeito estado de funcionamento e não deverão apresentar defeitos, infiltrações, rachaduras, falta de ferragens, trinca em vidros e outros. As janelas e portas devem estar em perfeito funcionamento de abertura, fechamento e estanqueidade.
- 37 O imóvel deve atender a todas as prescrições estabelecidas nas normas federais e distritais (DF), nos normativos e padrões das concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, água e telefonia, e na legislação vigente de acessibilidade pelas pessoas portadoras de necessidades especiais.
- 38 No caso de o imóvel possuir mais de um pavimento, a área ofertada para locação deve ocupar um único pavimento ou pavimentos consecutivos.
- 39 O imóvel deverá apresentar instalações elétricas em perfeito estado de uso, assim como bocais de lâmpada, portas, janelas, fechaduras, batentes, dobradiças, luminárias, encanamento, torneiras, ralos, vasos sanitários, pias e outros equipamentos.
- 40 O imóvel deverá apresentar iluminação e aeração em todos os compartimentos habitáveis, por intermédio de janelas ou vãos que se comuniquem diretamente com espaços exteriores ou com áreas abertas.

Aspectos Arquitetônicos e Construtivos Gerais	41	O teto, piso e paredes do imóvel deverão ser revestidos com cores claras, pintura nova e de boa qualidade, exigindo-se ausência de pontos de infiltração, mofo e manchas.
	42	Os banheiros devem estar em bom estado, com espelhos, porta-papel higiênico, porta-papel toalha ou suporte para toalha de rosto, saboneteiras, tampas dos vasos sanitários e portas internas com tranca.
	43	O imóvel deve contar nas áreas comuns com banheiros em número compatível com a lotação do prédio, dimensionados segundo as exigências do Código de Edificações do Distrito Federal e nos normativos vigentes, inclusive os de acessibilidade, em perfeitas condições de uso, sem nenhum tipo de vazamento, trinca, quebra e com todos os acessórios necessários ao bom uso.
	44	Os banheiros devem contar com exaustão ou ventilação, por intermédio de janelas ou vãos que se comuniquem diretamente com espaços exteriores ou com áreas abertas.
	45	Piso das áreas operacionais deverá ser do tipo cerâmica, madeira ou carpete de boa qualidade, preferencialmente em cor clara.
	46	Os pisos deverão estar em perfeitas condições de utilização, adequados a cada ambiente e sua destinação.
	47	Os pisos não poderão apresentar irregularidades, defeitos ou outro tipo de patologia.
	48	As paredes não poderão possuir imperfeições ou patologias oriundas do sistema estrutural ou de instalações com defeitos (infiltração, rachaduras, trincas e outras).
	49	As áreas úmidas deverão ser revestidas com cerâmica ou outros materiais resistentes à umidade. Os demais ambientes poderão ser pintados com tinta lavável, em cores claras (branca ou marfim, preferencialmente) de modo a melhorar a luminosidade do ambiente.
	50	Os forros devem ser modulados e removíveis, em lâminas de PVC, lambris de madeira, gesso em placas, gesso acartonado, forro mineral ou material similar, e, caso necessário, devem ser pintados com tinta lavável, em cores claras, e não poderão apresentar irregularidades, defeitos ou qualquer tipo de patologia.
	51	Os forros e lajes não poderão apresentar irregularidades, defeitos ou qualquer tipo de patologia.
	52	O imóvel deve obedecer às disposições das Leis n.º 10.098/2000, n.º 13.146/2015 e nº 11.982/2009, do Decreto n.º 5.296/2004 e da ABNT NBR 9050, que tratam da promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
	53	Os acessos ao interior da edificação deverão estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (catracas, porta giratória, trilhos não embutidos, degraus, entre outros).
	54	2% do total de vagas do estacionamento para veículos que transportem pessoas com deficiência, reservadas e sinalizadas perto do acesso e 5% do total de vagas do estacionamento para veículos que transportem pessoas idosas, reservadas e sinalizadas perto do acesso; Estima-se o mínimo de 25 (vinte e cinco) vagas de garagem privada incluindo PCD e Idosos.
	55	Rebaixamento de calçadas com rampa acessível ou elevação da via para travessia de pedestre em nível.
	56	Calçadas sem barreiras nas proximidades da edificação.

Acessibilidade	57	Todos os pavimentos devem poder ser acessados por pessoa em cadeira de rodas – pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade.
	58	Instalação de piso tátil direcional e de alerta.
	59	Corredores com largura adequada e sem obstáculos.
	60	O edifício deverá dispor, pelo menos, de um banheiro acessível exclusivo, ou de sanitários masculinos e femininos acessíveis, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
	61	O imóvel, no caso de edifício com mais de um andar, deve possuir elevador dimensionado de acordo com as normas técnicas da ABNT NBR 207, NBR 5.665 e NBR 13.994, com capacidade para atendimento de demanda diária de população estimada em 211 (duzentos e onze) pessoas.
	62	O imóvel deve oferecer vagas de garagem privada de fácil acesso/sinalizadas, garantindo o estacionamento seguro e acessível para os funcionários servidores, colaboradores e visitantes.
	63	O imóvel deve possuir bicicletário equipado com barras ou ganchos para a guarda de no mínimo 5 (cinco) bicicletas.
	64	Infraestrutura de rede de dados e elétrica estabilizada.
	65	As instalações elétricas devem estar em perfeito estado de uso e de acordo com normas e padrões exigidos pela concessionária de energia elétrica e pelas repartições públicas locais competentes.
	66	O imóvel deve possuir medição individual de energia elétrica para as áreas ofertadas por meio de relógio medidor.
	67	As instalações elétricas deverão ser preferencialmente embutidas, podendo, em alguns locais, serem aparentes em eletrodutos ou canaletas de PVC.
	68	O projeto elétrico deve contemplar os itens abaixo: (69 à 86)
	69	alimentação dos quadros da edificação derivada diretamente da subestação;
	70	circuitos parciais e circuitos terminais de iluminação (interna e externa) e tomadas;
	71	circuitos preparados para rede estabilizada, para computadores, copiadoras, impressoras, nobreaks e servidores de rede;
	72	disjuntores tipo DR, de acordo com as exigências da Norma NBR 5.410, NBR 5.413, NBR 6.880 e NBR 7.288;
	73	circuitos de iluminação de emergência, caso o imóvel possua mais de um andar, as luzes de emergência em todos os andares; rotas de fuga; halls; escadas e cargas essenciais para o sistema de controle predial e sistema de combate e prevenção de incêndios;
	74	circuitos para instalações dos aparelhos de ar-condicionado;
	75	sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA);
76	sistema de aterramento indicado para equipamentos eletrônicos sensíveis/microcomputadores/central telefônica, apresentando resistência máxima de 5 (cinco) ohms, integrados com a malha de terra do sistema de força;	
	77	sistema de gerador de energia elétrica para, em caso de falta de energia fornecida pela concessionária, suprir: as áreas comuns do sistema de iluminação; o funcionamento de pelo menos um elevador e equipamentos críticos.

Aspectos
relacionados
às instalações
prediais

- 78 As instalações elétricas de baixa tensão (iluminação e tomadas) devem estar de acordo com as normas e os padrões exigidos pela concessionária de energia elétrica e atender às prescrições das Normas Técnicas da ABNT NBR n.º 5.410, NBR ISO/CIE 8995-1, NBR NM 280, NBR n.º 7.288, suas atualizações e demais normas correlatas.
- 79 Os circuitos para tomadas de uso geral, tomadas de rede lógica e de iluminação deverão ser preferencialmente independentes entre si.
- 80 Cada ambiente coletivo deverá possuir interruptor independente para ligar e desligar sua iluminação. O prédio inteiro deverá, também, possuir interruptor/chave geral que ligue e desligue toda a energia elétrica e que desligue e ligue integralmente cada um dos segmentos de circuito.
- 81 No dimensionamento do sistema elétrico do ambiente deverá estar incluída uma capacidade de expansão da carga futura de, no mínimo, 20%.
- 82 A carga para a copa deve levar em conta, no mínimo, a utilização de geladeira/freezer, cafeteira, bebedouro ou purificador de água e forno de micro-ondas.
- 83 A proponente deverá fornecer uma cópia dos projetos das instalações elétricas de baixa tensão, iluminação e tomadas e da rede de cabeamento estruturado aprovados, executados e em vigor nas instalações da edificação.
- 84 O imóvel também deve contar com instalações de rede de cabeamento estruturado para telefonia e dados certificados.
- 85 O imóvel deve possuir uma rede elétrica estabilizada, com capacidade adequada para suportar equipamentos de TI e sistemas de alta performance e disponibilidade, evitando oscilações e quedas de energia.
- 86 O imóvel deve atender aos requisitos mínimos referentes ao selo Etiqueta Procel para Edificações Energéticamente Eficientes, do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica Procel Edifica: utilização de luminárias e lâmpadas com alta eficiência e níveis de iluminação compatível com o ambiente; sensor de presença nos locais de uso temporário; sistema de ar-condicionado nos locais necessários com selo de Nível de Eficiência PROCEL- A ou B.
- 87 As instalações hidrossanitárias deverão estar em perfeitas condições de uso, sem nenhum tipo de vazamento, trinca, quebra e com todos os acessórios necessários ao bom uso, devendo ser atestada a ausência de qualquer tipo de vazamento e a condição de utilização das louças, metais e válvulas.
- 88 As instalações hidrossanitárias deverão guardar conformidade com a ABNT NBR 5626 e normas correlatas.
- 89 A caixa d'água, que também deverá estar em perfeitas condições de uso, deverá ser dimensionada para a ocupação prevista da população do edifício. O reservatório de água deve contar com capacidade suficiente para atendimento à sede por no mínimo 2 (dois) dias.
- 90 O imóvel deve dispor de, no mínimo, copa, equipada com pia, torneira, bem como área de serviço com tanque e torneira.
- 91 Torneiras de lavatórios tipo temporizador ou com sensores e torneiras de pias com aerador.
- 92 O imóvel deve dispor de drenos embutidos na alvenaria para equipamentos de ar-condicionado, dependendo do sistema de climatização.

ASPECTOS
GERAIS

- 93 O imóvel deve possuir sistema central de ar condicionado que assegure o controle da temperatura e da umidade, individualizado e controlados por zona, que atenda toda a área útil, ecologicamente correto e com plano de manutenção preventiva atualizado, especialmente nas áreas de TI, garantindo o funcionamento ideal dos equipamentos.
- 94 O imóvel deverá possuir ar condicionado redundante nas áreas de CPD, com sistema de refrigeração adequadamente dimensionado, com sensor de temperatura e com rack principal padrão datacenter, para que seja possível manutenções nos sistemas de refrigeração sem que haja a necessidade de desligamento dos aparelhos de TI.
- 95 O imóvel deve comportar a instalação de aparelhos de ar condicionado que serão instalados pelo ITI nos locais necessários, devendo apresentar a estrutura preparatória para a instalação.
- 96 O imóvel deverá possibilitar a instalação de luminárias e lâmpadas de alta eficiência e contar com janelas envidraçadas a fim de aumentar a luminosidade do ambiente.
- 97 Após a assinatura do contrato, o locador deverá disponibilizar arquiteto que ficará à frente da definição dos estudos dos leiautes dos diversos pavimentos e de sua aprovação junto ao ITI e aos órgãos distritais, observando os elementos constantes do art. 16 da IN Seges/ME n. 103, de 30 de dezembro de 2022.
- 98 O locador fornecerá à locatária leiautes contendo as seguintes informações: (I) compartimentação dos ambientes internos da edificação; (II) disposição das estações de trabalhos nos ambientes da edificação; (III) localização dos pontos de cabeamento estruturado e elétrico para atendimento das estações de trabalho; e (IV) localização das áreas complementares: arquivo, salas de reunião, salas técnicas, coworking, banheiros privativos e copas, entre outras informações complementares.
- 99 Para elaboração dos estudos, até sua versão final, deverão ser observados: as áreas, os mobiliários, o número de tomadas elétricas e tomadas de lógica, o quantitativo de pessoal de cada ambiente e a disposição dos diversos setores entre si, bem como outras recomendações do ITI.
- 100 Deverá ser respeitada a independência entre as diversas unidades e os ambientes comuns a estas.
- 101 Mais de um estudo poderá ser solicitado, até que se encontre a solução ideal para as unidades envolvidas.
- 102 Os sistemas e equipamentos instalados devem prezar pelo uso racional de água e energia elétrica - economicidade e consumo consciente.
- 103 O imóvel deverá conter instrumentos de detecção e combate a incêndios com todos os equipamentos de segurança exigidos pelas normas vigentes e determinações do Corpo de Bombeiros, tais como sinalização de emergência, extintores, mangueiras, hidrantes entre outros.
- 104 A Administração realizará uma inspeção local antes da escolha da melhor opção.
- 105 Deverá atender ou permitir adaptação para atendimento aos parâmetros relacionados neste Caderno de especificações e seus anexos, principalmente no que se refere à acessibilidade a todos os ambientes, horizontal e/ou verticalmente, segurança contra incêndio e contra descargas atmosféricas, controle de acesso, estado de conservação e infraestrutura de instalações físicas, elétricas e lógicas e de climatização, dentre outros.

ASPECTOS DA
SALA TÉCNICA

- 106 Deverá ser apresentado o preço médio mensal em relação à área locada (especificar os serviços que o compõem), se for o caso.
- (I) Área interna de aproximadamente 20 metros quadrados; (II) Cabeamento estruturado (dado/voz) em eletrocalhas sob os pisos elevados ou sobre os forros modulares rebaixados ou em canaletas de PVC (Sistema Moldura, Evolutiva ou Rodapé da PIAL ou similar, sobrepostos às paredes e divisórias, não podendo percorrer os mesmo dutos, calhas e prateleiras dos cabos de energia elétrica); (III) nobreak independente, dedicado e de alta capacidade para suportar a carga crítica de TI, que incluem servidores, switches, roteadores e outros equipamentos de rede essenciais; (IV) Quadros elétricos redundantes e dimensionados conforme carga prevista e com medidores multifuncional; cabeamento elétrico de saída com proteção PVC (Cabo PP); e quadro elétrico individual para o sistema de refrigeração; (V) Sistema de climatização redundante compatível com o funcionamento ininterrupto do ambiente; (VI) Sistema de combate e prevenção de incêndios compatível com o setor (equipamentos elétricos); (VII) Sistema de detecção de vazamento/inundação; (VIII) Rede de cabeamento estruturado Cat6 ou superior de par trançado não blindado (*Unshielded* - UTP) e fibra óptica, certificados e sinalizados para interligação dos equipamentos instalados entre os PatchPanels no Rack e os pontos da área de trabalho; (IX) Organizadores de cabos, conectores, tomadas lógicas, patch e line cords, certificação e identificações, de forma a tornar cada ponto de rede funcional nos ambientes.
- 107 A responsabilidade do contratado inclui a implantação e manutenção da estrutura física de TI relacionada aos ativos de rede relacionados no item 114, assegurando a instalação completa dos pontos de rede até o ponto de atendimento do usuário, incluindo tomadas e cabeamentos. Essa estrutura deve estar em conformidade com as normas vigentes (ABNT NBR 14565:2019, NBR 5419:2015, entre outras) e observar os seguintes critérios:
- Cabos de dados: devem ser instalados em bandejas ou dutos rígidos, separados dos fios elétricos, para evitar interferências eletromagnéticas;
 - Capacidade de carga: a edificação deve suportar sobrecargas decorrentes de equipamentos de TI, como nobreaks, datacenter e racks;
 - Cabeamento estruturado deverá prover o compartilhamento de informações e de recursos de telecomunicações, atendendo caixas distribuídas, sendo que cada caixa deve conter dois pontos (dados/voz ou dados/dados)
 - A instalação deverá ser tecnicamente expansível até 20%, no sentido de evitar eventual arranjos e adaptações precários no caso de necessidades futuras;
 - Os projetos e a execução do cabeamento lógico (horizontal e vertical) deverão estar em conformidade com as normas da ABNT e demais normas recomendadas oficialmente por entidades competentes.
- 108

ITEM	Nº DO ITEM	REQUISITOS DESEJÁVEIS RELATIVOS À LOCAÇÃO DO IMÓVEL
------	------------	---

REQUISITOS
DESEJÁVEIS
RELATIVOS À
LOCAÇÃO DO
IMÓVEL

- 1 Endereço do imóvel é preferencialmente na região central de Brasília (Asa Sul e Asa Norte) e que esteja na área de abrangência dos concentradores da Infovia Brasília-DF, ver mapa abaixo.
- 2 O imóvel referenciado por GPS.
- 3 Imóvel, preferencialmente, monousuário, ou seja, destinado ao uso exclusivo do locatário, proporcionando maior controle, privacidade e segurança das instalações.
- 4 Imóvel, preferencialmente, não geminado, ou seja, deve ser independente e sem paredes compartilhadas com outras edificações e isolado.
- 5 Localizado, preferencialmente, em uma área com oferta de restaurantes e bancos no raio de até 500 metros, proporcionando comodidade aos usuários e colaboradores, próximo à rodoviária, de fácil acesso, de modo que este se encontre próximo a estações ou pontos de transporte público, tendo em vista que os trabalhos de atendimento ao público são rotineiros.
- 6 O imóvel e as ruas de acesso a ele precisam possibilitar o deslocamento de veículos e caminhões de pequeno porte.
- 7 As vias em torno do imóvel não podem ser sujeitas a alagamentos ou outras ocorrências que as tornem inacessíveis, mesmo que temporariamente, garantindo a segurança dos bens e das operações.
- 8 O imóvel precisa contar com medidas robustas de segurança institucional e patrimonial, especialmente voltadas à proteção da tecnologia da informação e da certificação digital.
- 9 Próximo ao imóvel deve haver disponibilidade de estacionamento público e rotativo no raio de até 300 metros do imóvel, facilitando o acesso seguro de visitantes e fornecedores.
- 10 O forro deve ser preferencialmente do tipo lavável.
- 11 Cancelas de controle de acesso a garagem, lidas, preferencialmente, por sistema RFID ou superior.
- 12 Portões eletrônicos para acesso à garagem, preferencialmente de correr.
- 13 Desejável a identificação na fachada do prédio com a logomarca do ITI.
- 14 Desejável a sinalização em vias de acesso ao prédio com indicação para o ITI.
- 15 Sinalização em todas as áreas administrativas e comuns (salas, escadas, elevadores, extintores, garagem, copa, banheiros etc.).
- 16 Nos vestiários, divisórias em material resistente a umidade.
- 17 Desejável - São diferenciais do imóvel: aproveitamento da água das chuvas; painéis fotovoltaicos para geração de energia elétrica; coleta seletiva de lixo.
- 18 Desejável - Serviços de mudança, incluindo todos os móveis e objetos do ITI, bem como equipamentos de Processamento de Dados.
- 19 Uma carência de 06 (seis) meses no aluguel.
- 20 As instalações devem ser adaptadas às necessidades específicas da Tecnologia da Informação, incluindo espaços para datacenters, salas de servidores e infraestrutura de cabeamento adequadas e certificadas.
- 21 O imóvel deverá estar livre, desembaraçado e desimpedido de coisas e pessoas na data da celebração do contrato de locação, preferencialmente pronto e em condições de operação no momento de entrega das chaves e após vistoria da equipe técnica do ITI.

- 22 O imóvel deve ser um prédio moderno, construído com materiais e tecnologias atuais que garantam a eficiência energética, a sustentabilidade e a segurança.
- 23 Nas proximidades do imóvel deve existir oferta de serviços de alimentação, tais como restaurante e lanchonete.
- 24 Mobiliário e divisórias nas salas que sejam compatíveis com a capacidade do prédio, além de todos os acessórios necessários para um uso adequado.
- 25 Desejável desmobilização/mobilização, juntamente com os aspectos de segurança institucional.
- 26 As pias, tanques e lavatórios podem ser com ou sem colunas, ou ainda apoiados em tampos de mármore ou granito.
- 27 Preferencialmente vidro de segurança nas janelas e portas externas do imóvel protegendo contra impactos e invasões.
- 28 O imóvel deve ter preferencialmente piso elevado em áreas destinadas a escritórios, facilitando a passagem de cabos e infraestrutura necessária para os sistemas tecnológicos com cabeamento estruturados e certificados - cat-6.
- 29 Os pisos externos e passeios podem ser em cimento áspero, ladrilhos, placas de concreto ou outro acabamento.
- 30 Os vasos sanitários do tipo duplo fluxo, preferencialmente, para 3 (três) e 6 (seis) litros
- 31 A Administração poderá negociar novas adequações a depender das características do imóvel ofertado.
- 32 Desejável fornecimento dos seguintes equipamentos com suporte e garantia: Switches de borda com 48 portas com conectores de 10Gb para conexão com o Core em todas as salas técnicas; Switch Core com capacidade de backplane, layer 3, roteamento, gerenciamento, capaz de suportar o tráfego da rede corporativo, com sobra de 20% para futuras ampliações, dentre outras necessidades que venham a ser definidas pelo ITI; Rack organizador de cabos em todas as salas técnicas e na sala centralizadora de TI; Solução de Wi-Fi 802.11AX com a implantação após a realização de survey, com a planta humanizada para a distribuição dos Access Points para o alcance da melhor cobertura; e Software de gerenciamento e monitoramento dos serviços relacionados aos ativos de rede fornecidos. Outros itens: tomadas no padrão RJ-45, sendo 3 pontos nos ambientes de escritório.

A lista acima não é exaustiva, podendo o proponente incluir outras características, em especial as de cunho ambiental, tais como as que possibilitam economia de recursos naturais, que não agridam o meio ambiente e que reduzam o consumo de energia elétrica e água por meio de sistemas alternativos.

ANEXO 2
PLANEJAMENTO ESPACIAL, REF.: ANEXO 1 DO TERMO DE REFERÊNCIA
(0706338)

ÁREAS	ÍNDICES DE OCUPAÇÃO/ METODOLOGIA DE CÁLCULO	RESULTADO
-------	--	-----------

Área de escritório mínima	Índice: 7m ²	1.477,00 m ²
Área de escritório máxima	Índice: 9 m ²	1.899,00 m ²
Área de apoio mínima	Índice: 2 m ²	422,00 m ²
Área de apoio máxima	Índice: 3 m ²	633,00 m ²
Área computável mínima	Área escritório mínima + Área de apoio mínima	1.899,00 m ²
Área computável máxima	Área escritório máxima+ Área de apoio máxima	2.532,00 m ²
Área construída mínima	Área computável mínima + área específica/0,7 x 1,1	3.482,29 m²
Área construída máxima	Área computável máxima + área específica/0,7 x 1,1	4.477,00 m²

ANEXO 3 MODELO DE CREDENCIAL

À xxxxx do **Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI**
(endereço)

O(A) _____ (pessoa física ou jurídica), com endereço no(a) _____, CPF
(CNPJ) nº _____, pelo seu representante legal abaixo assinado (se for o caso), vem
credenciar o(a) senhor(a)

_____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, da _____, e do CPF nº _____, para, na qualidade
de representante legal, entregar proposta para o Edital de Chamamento Público,
instaurado pelo **ITI**, que tem por objeto a prospecção do mercado imobiliário em
(cidade), com vistas à futura locação de imóvel para instalação de Unidades
Administrativas do **ITI**, outorgando-lhe poderes para, em nome da empresa
praticar os atos constantes do referido Edital.

Local, data e assinatura.

ANEXO 4

MODELO DE PROPOSTA

À Coordenação Licitação e Contratos - COLIC do **Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI**

(endereço)

Apresentamos ao **ITI** proposta em obediência ao Edital de Chamamento Público, com vistas à prospecção do mercado imobiliário em Brasília, com vistas à futura locação de imóvel para instalação de Unidade Administrativa do **ITI**, nos seguintes termos:

1. dados do imóvel: _____ ;
 2. prazo de entrega do imóvel em funcionamento e com todas as adaptações necessárias: (_____) sessenta dias, a contar da assinatura do Contrato (prazo máximo de sessenta dias);
 3. total da área privativa: (_____) metros quadrados;
 4. total da área total (incluindo garagem, escadarias, caixas de elevadores, entre outras áreas consideradas de uso comum): (_____) metros quadrados;
 5. valor mensal do aluguel: R\$ (_____);
 6. valor mensal do condomínio: R\$ (_____); (observação: caso haja, devendo ser detalhados os serviços que serão prestados, sua periodicidade e condições)
 7. valor do IPTU: R\$ (_____);
 8. Garagem: (_____) vagas privativas. Declaramos que:
1. o imóvel ofertado estará disponível ao **ITI** conforme previsto no Edital de Chamamento Público e nesta proposta comercial em até xxx dias a contar da data de assinatura do contrato;
 2. nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Validade da proposta: () dias. (observação: não inferior a 60 dias)

Dados da empresa:

Razão Social		

CNPJ (MF) nº:		
Inscrição Estadual nº:		
Inscrição Distrital nº:		
Endereço:		
Telefone:	Fax:	
Cidade:	UF:	
Banco:	Agência:	Conta Corrente:

Dados do Representante para fim de apresentação da proposta e assinatura do contrato:

Nome:

CPF:

Cargo/Função:

Carteira de Identidade:

Expedido por:

Nacionalidade

Estado Civil

Endereço:

Telefone:

Endereço Eletrônico:

Local, data e assinatura.

Anexos:

a) tabela de requisitos mínimos e desejáveis, acompanhada da documentação comprobatória;

b) levantamento arquitetônico do imóvel (planta baixa do imóvel, planta de corte, planta de elétrica, planta de lógica, planta de hidráulica, planta de fachada, planta de cobertura, planta de situação).

c) documentos exigidos e outros julgados necessários.